

UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O COTIDIANO DA ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DO SERRO/ MG (1895-1903)

UNA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: EL COTIDIANO DE LA ESCOLA
NORMAL MUNICIPAL DEL SERRO/MG (1895-1903)

A HISTORY OF EDUCATION: THE QUOTIDIAN OF ESCOLA NORMAL
MUNICIPAL DO SERRO/MG (1895-1903)

Danilo Arnaldo Briskievcz*

<http://orcid.org/0000-0002-7652-1959>

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: BRISKIEVICZ, D. A. Uma história da educação: o cotidiano da escola normal municipal do Serro/MG (1895-1903). Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-19, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.4935>

Resumo: Estuda-se a instrução pública especializada na formação de professores para o mercado de trabalho na Primeira República no Brasil a partir da experiência da Escola Normal Municipal do Serro/MG. Explicam-se os motivos que levaram à criação em território nacional das escolas normais, por conta da mudança na legislação que propiciou aos estados e municípios grande autonomia para suas organizações e com isso elucidam-se as razões sociais, econômicas e culturais que propiciaram a experiência desta escola entre 1895 a 1903. Contam-se algumas narrativas sobre o cotidiano escolar onde surgiram os conflitos entre o poder público local, a Congregação dos Professores e seus diretores. O método é a pesquisa bibliográfica em arquivos públicos e particulares e a leitura dos especialistas brasileiros de pressuposto microanalítico ou baseado na interface entre a história da educação e a histórica cultural. Espera-se como resultado deste artigo uma demonstração de como foi a experiência de uma escola normal no interior do Brasil com seus atores, conflitos e contexto peculiares.

Palavras-chave: História da educação. Escola normal. Instrução pública. Formação docente.

Resumen: Se estudia la instrucción pública especializada en la formación de profesores para el mercado de trabajo en la Primera República en Brasil a partir de la experiencia de la Escuela Normal Municipal del Serro/MG. Se explican los motivos que llevaron a la creación en territorio nacional de las escuelas normales, por el cambio en la legislación que propició a los estados y municipios una gran autonomía para sus organizaciones y con ello

se elucidan las razones sociales, económicas y culturales que propiciaron la experiencia de esta escuela entre 1895 a 1903. Se cuenta algunas narrativas sobre el cotidiano escolar donde surgieron los conflictos entre el poder público local, la Congregación de los Profesores y sus directores. El método es la investigación bibliográfica en archivos públicos y privados y la lectura de especialistas brasileños con una suposición microanalítica o basada en la interfaz entre la historia de la educación y la historia cultural. Se espera como resultado de este artículo una demostración de cómo fue la experiencia de una escuela normal en el interior de Brasil con sus actores, conflictos y contexto peculiares.

Palabras-clave: Historia de la educación. Escuela normal. Instrucción pública. Formación docente.

Abstract: We study the specialized public education in the training of teachers for the labor market in the First Republic in Brazil from the experience of Escola Normal Municipal do Serro / MG. It explains the reasons that led to the creation in the national territory of normal schools, due to the change in legislation that gave states and municipalities great autonomy for their organizations and thereby elucidate the social, economic and cultural reasons that provided the experience of this school between 1895 and 1903. There are some narratives about the daily life in school where the conflicts arose between the local public power, the Congregation of Teachers and their directors. The method is bibliographic research in public and private archives and the reading of Brazilian

specialists with a microanalytical assumption or based on the interface between the history of education and the cultural history. As a result of this article, a demonstration of how the experience of a normal school in the interior of Brazil with its peculiar actors, conflicts and context was expected.

Keywords: History of education. Normal school. Public education. Teacher training.

* Doutor e mestre em Educação pela PUC-Minas. Professor de Filosofia e Sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG - campus Santa Luiza).
E-mail: doserro@hotmail.com

Introdução

A educação brasileira recebeu em 1890 a contribuição da reforma organizada por Benjamin Constant na qual ele propôs mudanças nos ensinamentos primário (de 7 aos 13 anos) e secundário (de 13 aos 15 anos). A inspiração da educação no modelo positivista de Auguste Comte, centrado no ensino das disciplinas científicas como a matemática e a física foi sua mais importante característica (SOUZA, 1998).

A tentativa republicana de reformar a instrução pública brasileira começou a apresentar seus primeiros resultados com ampliação da noção de que a escola deveria ser organizada em séries e os estudantes deveriam ser divididos por faixa etária, o que ficou patente com a criação dos grupos escolares nos anos de 1892 a 1896 (SAVIANI, 2013, p. 173). Por conta desse novo modelo de organização escolar houve uma crescente demanda pela formação de professores, aumentando o número de escolas normais no Brasil para a capacitação para o magistério, especialmente em São Paulo (FARIA FILHO; VIDAL, 2000), um dos estados mais influentes na educação nacional e que, por isso, acabou por exportar suas ideias pedagógicas para o restante do país, incluindo Minas Gerais.

Nesse sentido, a Constituição de 1891 marcou a educação nacional por conta da crescente descentralização da União no seu processo de oferta e de controle da instrução pública. Houve uma crescente liberalização para que escolas estaduais e municipais oferecessem no território nacional, por vezes, exigindo investimentos do governo, por vezes negando a sua centralidade no processo. De fato, pela nova Constituição, os estados, seguindo o modelo federalista, passaram a ter mais autonomia para tomar decisões educacionais, repassando esta autonomia aos municípios, segundo o art. 68, que prescrevia: “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

A autonomia dos estados e municípios em relação à educação foi determinante na promulgação da primeira Constituição de Minas Gerais, promulgada em 15 de junho de 1891. Nela consolidou-se a formalmente como deveria ser a relação entre o estado mineiro e o governo nacional, implantou-se o Legislativo dividido em Câmara e Senado e a propôs-se a mudança da capital de Ouro Preto para a Cidade de Minas, a futura capital do estado, a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, como símbolo da modernidade e do progresso para os mineiros. A Constituição deu

autonomia aos seus municípios para gerirem os seus processos educacionais.

Assim, num efeito cascata de regulamentações da instrução pública derivada da publicação das Constituições federal e estadual, a cidade do Serro/MG a partir de seus sete vereadores eleitos para o mandato iniciado em 24 de março de 1892 – entre eles o Agente Executivo Municipal Raimundo Augusto da Silva – escreveu, também, os seus estatutos municipais, refletindo o espírito de autonomia da época (APMES, Caderno 102, n.p.). Foi assim que, segundo o texto da Constituição do Serro (APMES, Caderno 133, n.p.), promulgada pela Câmara Municipal “eleita pelo povo, para exercício de sua soberania” seu fundamento seria a autonomia e liberdade de organização da cidade “como parte integrante do estado de Minas Gerais.”



Figura 1. Mapa da localização do Serro no estado de Minas Gerais e Brasil
Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu

Nesse período de 1895 a 1903, a cidade do Serro ampliou, sobremaneira, a modernização de seus dispositivos de governo. Assim, criou o seu órgão oficial semanal pela Lei nº 32, de 10 de abril de 1896. De fato, os vereadores transformaram o jornal republicano e municipalista *A Sentinella* – fundado em 1893 – em sua folha oficial. Segundo Briskievicz (2002, p. 54-55), o diário oficial seria impresso em oficinas particulares “[...] enquanto os recursos municipais não permitirem a aquisição de um prelo próprio” funcionando com “[...] um diretor redator, um editor, um gerente, que será o oficial da Secretaria da Câmara, dois tipógrafos e um auxiliar” ficando “o Agente Executivo Municipal autorizado a adquirir o material preciso para a manutenção do jornal e fazer a despesa com as sobras de todas as verbas do orçamento vigente.”

Além de uma folha oficial para manter um canal direto com seus munícipes, a Câmara Municipal investiu em obras públicas como forma de modernização e de progresso da cidade, em especial do seu sistema de abastecimento de água potável; gerenciou os processos eleitorais em seu termo, articulando sua influência para ampliar o poder político serrano no Legislativo mineiro e brasileiro na

República Velha, através do voto de cabresto; determinou a secularização do Cemitério Municipal em sua administração retirada das mãos da Igreja. Mas nada se compara com a centralização do gerenciamento da instrução pública municipal do ensino primário, que foi possível com a publicação da Lei nº 12, de 26 de janeiro de 1895, resultante das discussões iniciadas em 22 de dezembro de 1892, quando foi apresentado um projeto para a instrução pública (CURY, 2001).

No Capítulo I – da direção, administração e inspeção do ensino primário municipal ficou estabelecido no Art. 1º que estes pertenciam diretamente ao “presidente da Câmara Municipal, vereadores e presidentes dos Conselhos Distritais em seus respectivos distritos” (Apmes, Caderno 133, n.p.). No art. 2º centralizou a criação e manutenção das escolas municipais necessárias no município para atender à população escolar “relativamente à renda arrecadada no distrito” (APMES, Caderno 133, n.p.). No art. 4º estabeleceu que nas localidades onde houver duas escolas municipais uma deveria ser dedicada exclusivamente ao sexo masculino e outra do feminino; no art. 5º, acrescentou que havendo apenas uma escola municipal na localidade, esta seria obrigatoriamente mista, “regida por professora e na sua falta por professor casado e moralizado” (Apmes, Caderno 133, n.p.); no parágrafo único do art. 5º proibiu que nas escolas mistas frequentassem alunos maiores de 12 anos, a não ser na hipótese de haver salas separadas para ambos os sexos “e contínua vigilância” (APMES, Caderno 133, n.p.). Em relação à frequência legal exigia-se um mínimo de 15 alunos e a matrícula de 35, ficando a Câmara Municipal responsável para fornecer mobília, materiais e livros que seriam escolhidos pela instituição de acordo com o parecer da Comissão de Instrução Pública. Para exercer o cargo de professor nomeado pela Câmara apenas cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, moralizados, sendo os documentos e atestados expedidos pelo pároco, Conselho Distrital ou Juiz de Paz. A capacidade docente seria comprovada por exame oral, escrito e prático prestado em concurso. A marca da instrução pública serrana é a obrigatoriedade e gratuidade para os meninos de ambos os sexos de seis a dezesseis anos de idade.

As elites locais acreditavam na educação como proposta de modernização e de progresso para o município serrano. Assim, antes mesmo de fazer sua reforma do ensino primário a Câmara Municipal criou, às expensas do município, mas contando com subvenções do governo mineiro, a sua Escola Normal Municipal do Serro, pela Lei nº 16, de 19 de janeiro de 1895. A Escola Normal teria, obrigatoriamente como modelo as escolas normais do estado, conformando-se à legislação e regulamentos em vigor naquele período. O governo municipal ficou autorizado a dispende pela verba denominada Instrução Pública, o valor inicial de 12:000\$000 (doze contos de réis) e contrair empréstimos de mais 10:000\$000 (dez contos de réis) para a

compra do prédio próprio e de sua mobília (APMES, Caderno 133, n.p.). No dia 08 de março de 1895, a Lei do Orçamento para 1895 fixou em seu §9º despesas relativas a “uma Escola Normal Municipal com gratificação aos professores de 1º ano, direção da escola, custeio e despesa indispensáveis à sua instalação” (Apmes, Caderno 133, n.p.), no valor de 8:000\$000 (oito contos de réis).

A Escola Normal Municipal do Serro foi criada oficialmente em 19 de janeiro de 1895. Sua data oficial de início de funcionamento foi considerada nos anos seguintes o 1º de maio de 1895, segundo o jornal *A Sentinella* nº 5, de 24 de maio de 1896 (APMES, Caderno 96, n.p.), quando afirmou em sua coluna *Le Mouvement*:

Por hoje contentar-nos-emos com falar sobre o movimento do dia 1º de maio. Esta data que significa para nós a inauguração do único estabelecimento de instrução secundária que possuímos e criado pela municipalidade não teve a comemoração devida. Consta-nos que o Sr. Agente Executivo para solenizar esta data ofereceu à classe escolar fogos e outros produtos pirotécnicos para os festejos comemorativo, festejos estes que não se realizaram não sabemos se devido ao pouco entusiasmo dos alunos ou se à indiferença do professorado. Consta-nos que também nesse dia os alunos antes de se entenderem com o respectivo diretor foram incorporados à residência do Sr. Agente Executivo pedir-lhe feriado em comemoração à data da instalação da Escola (APMES, Caderno 96, n.p.).

A Escola Normal Municipal do Serro parece ter funcionado até dezembro de 1903, o que mostram os últimos documentos da Câmara Municipal em arquivos públicos. Durante os oito anos de seu funcionamento – com pequenas interrupções para obras pontuais no seu edifício em 1902 – a Escola Normal esteve no centro das discussões políticas do Serro, em especial aquelas ligadas à modernização da cidade pela instrução pública.

Portanto, nosso objetivo é investigar quais os interesses políticos e econômicos determinaram a concepção, o funcionamento e o fim da Escola Normal Municipal do Serro, ao mesmo tempo que buscamos demonstrar o seu lugar social de atuação como escola de instrução pública da juventude para a formação de jovens professores ou normalistas no período de 1895 a 1903. Assim, esclarecemos os conflitos variados no interior da sociedade serrana que aparecerem no dia a dia da Escola Normal, bem como procuramos explicar a rotina de seus diretores e professores, a dinâmica das salas de aulas com seus programas e pontos de avaliação e os impactos das políticas públicas em sua curta existência.

Nesse sentido, nossa metodologia de pesquisa está centrada numa abordagem da história da educação relacionada à história cultural ou nova história cultural, em especial em seu enfoque microanalítico “em suas principais versões procurou defender a legitimidade do estudo do ‘mental’ sem abrir mão da própria história como disciplina específica” (VAINFAS, 2002, p. 56). Estamos falando de método de análise histórica que por vezes é discordante da maioria de nossos livros sobre o tema, escritos em diferentes contextos. É que na história serrana, por vezes, o silêncio narrativo sobre determinados assuntos é uma constante, é de uma continuidade cíclica. Isso se deve, claro, ao momento histórico em que cada narrativa era por vezes impedida socialmente através dos mecanismos de controle social, como por exemplo, manter pessoas analfabetas ou impedi-las de manifestar sua arte através dos espaços públicos.

As características principais da concepção microanalítica que perpassam nosso estudo é a não rejeição dos temas das mentalidades e do cotidiano uma vez que ela tende a revelar afeição especial pelo informal, sobretudo pelo popular, preocupando-se em resgatar mais explicitamente o papel das classes sociais, da estratificação e do conflito social visto que é uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica (VAINFAS, 2002, p. 56-59).

Assim, nosso estudo tem como pressuposto o conceito de apropriação, ou seja, uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais, sociais, institucionais, culturais (CHARTIER, 1990, 56-57). Por isso, cabe ao historiador pesquisar “as evidências periféricas, aparentemente banais, incertas, porém capazes, se reunidas numa trama lógica, de reconstruir a estrutura e dinâmica de seus objetos” (VAINFAS, 2002, p. 108). Movendo-se numa escala reduzida de observação “permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável em outros tipos de historiografia”, pois “propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula” (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989, p. 177-178).

Na micro-história, importa analisar a profunda inter-relação entre indivíduo e coletivo, ou como os indivíduos produzem o mundo social e são afetados por ele, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. A micro-história é colocada aqui como uma ferramenta para a análise do objeto de estudo. É uma ferramenta a serviço da narrativa histórica, da narrativa acerca do objeto de estudo. Os personagens analisados, o contexto de inserção destes personagens, seus valores sociais e culturais vivenciados e introjetados, a trama de suas relações comunitárias, ao serem observadas na escala microanalítica, “longe de ser simplesmente uma particularidade minúscula de

um todo mais amplo reconhecido pelo pesquisador, constitui, em grande medida, o resultado de uma opção analítica que opera em escala reduzida; uma opção que se recusa, portanto, a ver as totalidades a priori, e só as vê quando diluídas no particular” (VAINFAS, 2002, p. 120). Esta é a nossa forma de olhar a história minimamente direcionado, sem a pretensão de conseguir dar conta de todos os seus pontos, da qual deriva nosso olhar sobre a educação informal da qual trataremos nesta sessão (FONSECA, 2015, p. 117-131).

1 O prédio da escola normal

O edifício escolhido para ser adquirido pela Câmara Municipal a fim de abrigar a Escola Normal foi a Casa dos Carneiro. É o maior edifício do antigo Largo da Cavallhada [séc. XVIII] ou Rua Teófilo Ottoni [séc. XIX], atual Praça João Pinheiro [séc. XX]. O casarão parece ter sido construído nas primeiras décadas do século XIX. Segundo Souza (1999, p. 204-205), em 1831 “era seu proprietário o comendador José Ferreira Carneiro (1794-1883).” Em 27 de novembro de 1895, a filha do comendador José Ferreira Carneiro, Júlia Cândida Ferreira Carneiro (nome de solteira, ou Júlia da Cunha Pereira, nome de casada) já havia efetuado a venda do casarão para a Câmara Municipal, pois seu procurador Simão da Cunha Pereira Sobrinho recebeu a quantia de 2:000\$000 (dois contos de réis). Em 1895, a Câmara Municipal juntou o útil ao agradável: comprou a Casa dos Carneiro para instalar a Escola Normal e, ao mesmo tempo, promoveu a mudança de seu antigo prédio que servia à ao Senado da Câmara/Câmara Municipal desde o século XVIII. Importante explicação sobre a arquitetura dos prédios da instrução primária no Brasil feita por Faria Filho e Vidal (2000, p. 21) esclarece que houve três momentos para as obras: as escolas de improviso nos séculos XVIII e XIX, as escolas-monumentos no período de 1890 a 1920 e as escolas funcionais nos anos 1920 e 1930. De fato, a adaptação do edifício para o funcionamento da Escola Normal Municipal se insere na transição entre as escolas de improviso e as escolas-monumentos. Por isso, apesar de improvisada, o prédio “renovado” encarnou a ideia de uma escola que pretendia a ser um ícone da modernidade, da república e dos novos tempos da política nacional. A escola seria, então um edifício improvisado com a pretensão de ser monumental.

A modernização e o progresso precisavam de novos ícones para demonstrar à população a sua efetividade. Dessa forma, a Escola Normal e a Câmara Municipal se estabeleceram na principal rua comercial da cidade, de frente para o Mercado Municipal, mais próximas do grande público. Seria uma forma de ressignificar os dois ícones? Ao que tudo indica, sim, uma vez que fundar uma escola para a instrução pública e popularizar a república e suas

instituições faziam parte do ideário político desse contexto histórico. A escola e a Câmara republicana – unidas a serviço do progresso e modernização da sociedade – no mesmo edifício. Assim,

O século XIX foi marcado por profundas transformações na sociedade burguesa. A reorganização do capital determinou mudanças na forma de trabalho e na organização da sociedade. Nessa reorganização, atribuía-se à escola um papel fundamental, responsável pelo desenvolvimento e harmonia social, contribuindo assim, para a unidade nacional (MACHADO, 2007, p. 203).

A primeira obra de reforma de maior vulto do edifício da Escola Normal – entre muitas outras que foram necessárias para adaptação da escola e depois da Câmara Municipal – aconteceu em julho de 1901, comprovada pelo orçamento feito numa lista em que constam madeiras para o conserto (AIS, Documento 11, Caixa 06). Assim, o resultado prático da compra da Casa dos Carneiro para o funcionamento da Escola Normal foi que, logo após o encerramento das suas atividades pedagógicas, ao final do ano de 1903, a vocação do edifício ficou sendo sua utilização para outras instituições públicas, além da Câmara Municipal, devido ao gigantismo de sua construção.

Portanto, a aquisição do prédio próprio para o funcionamento da Escola Normal Municipal do Serro nos permite compreender que havia um rearranjo dos ícones de poder – escola e Câmara – e seus dispositivos na cidade por conta da renovação da mentalidade serrana por conta das ideias republicanas, com seu viés modernizador e progressista. Adicionamos os nomes de alguns agentes executivos municipais ou presidentes da Câmara Municipal para ampliar a concepção de que houve uma reorganização das elites serranas em torno da república, em especial, do poder que estar nesta instituição representava, uma vez que através dela se governava um grande território do estado de Minas Gerais com seus distritos, povoados e, acima de tudo, cidadãos potencialmente qualificados ao voto. Estar presente na Câmara Municipal era uma forma de prestígio social para os vereadores eleitos, de reconhecimento da sua autoridade dentro de suas fazendas, na cidade, nos distritos e povoados da Comarca do Serro. A república brasileira dava os seus primeiros passos: havia uma Constituição de 1891, havia eleições regulares – apesar do voto de cabresto ser um dispositivo fundamental para a manipulação dos resultados finais, havia um projeto de educação em curso, em especial, o dos grupos escolares.

2 O cotidiano da escola normal

A Escola Normal serrana foi criada pela Lei nº 16, de 19 de janeiro de 1895, graças à mobilização de um grupo

ligado ao seu primeiro diretor, o professor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva (1870-1942) e ao médico Dr. Augusto Clementino da Silva (1861-1952), composto por ex-apoiadores de Dom Pedro II e de republicanos históricos. O ponto de contato entre esses dois personagens – os Silva – talvez seja o catolicismo tradicional herdado das suas famílias que, não por acaso, os enviaram para os Seminário de Diamantina e do Caraça, respectivamente. Depois da proclamação da república brasileira a Igreja passou por um momento de reavaliação de seu papel social. No Serro, especificamente, esse papel perpetuou-se de 1702 até 1889 com a centralidade do padroado na vida social, política e educacional. Dessa forma, a secularização era um risco para a moralidade cristã serrana. A solução era se adaptar. A solução era criar estratégias novas para interferir nos processos de decisão do município.

No caso dos Silva, “passar por uma adaptação” significou projetar na escola alguma possibilidade de redenção do papel perdido da Igreja naquele contexto de secularização, apelando para o discurso civilizatório com forte conotação moralizadora dos costumes da juventude pela educação. Os fantasmas do materialismo e do positivismo, bem como da secularização republicana rondavam corações e mentes católicas. Isso deveria ser denunciado como algo contrário à moralização dos costumes. Mas ao mesmo tempo, a Igreja precisava estar disposta a incluir em ideário novas ideias.

Prova disso foi a reação imediata, em 1890, do vigário serrano José Maria dos Reis, ingressando na imprensa com o seu jornal conservador *O Mensageiro*, como resposta ao projeto modernizador da república (LEITE, 2011, p. 32). Numa correspondência entre os Silva, datada de 17 de janeiro de 1896, Augusto Clementino cita estar de pleno acordo em relação às críticas que Alcebíades recebeu do padre José Maria que estava com dificuldades de aprovar plenamente a escola por sua escassez de recursos e de gabinetes de física e de química, além de “não possuímos uma mobília decente, uma biblioteca com revistas” (AIS, Documento 197, Caixa 18).

Além disso, houve a questão do Cemitério Municipal, inaugurado ainda no período imperial, no ano de 1884, antes administrado pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição e seu vigário, e agora, secularizado pelo governo republicano, ficou “debaixo da exclusiva administração do Governo Municipal e será administrado por meio de um administrador e um guarda-coveiro” (APMES, Caderno 133, n.p.). Quem assinou a Resolução nº 11, de 11 de abril de 1896, foi o republicano histórico Teotônio de Magalhães e Castro, ligado profundamente ao também republicano João Pinheiro da Silva, que se tornou presidente do estado de Minas Gerais, em 1906.

A disputa entre republicanos e católicos explica, por exemplo, o fato do professor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva ter sido demitido de seu cargo de primeiro diretor da

Escola Normal em 1896, um ano após ter assumido o cargo. Além de professor, o ex-diretor era jornalista defensor do catolicismo e de seus valores tradicionais como pode ser lido em diversos capítulos de seu livro publicado em 1931, intitulado *Dos meus escriptos* (NUNES, 1931, p. 10). O fato de sua demissão ganhou as páginas dos jornais serranos e gerou polêmica no município.

O jornal *A Sentinella* nº 7, de 07 de junho de 1896, publicou um artigo intitulado “A Sentinella e o ex-diretor da Escola Normal.” No texto, afirmou-se que Silva, “procurando provas que não dera motivos para ser demitido daquele cargo, diz entre outras coisas que este periódico não é órgão do governo municipal, mas sim do jacobinismo desta terra” (APMES, Caderno 96, n.p.). O problema é que o jornal – órgão oficial do governo municipal – anunciou em tom de comemoração o ato de exoneração do diretor, que não se calou e publicou sua defesa no outro jornal, O Mensageiro. A resposta dos editores de *A Sentinella* afirmou que o mesmo jornal só iria publicar algum artigo político “tendo em vista defender a forma de governo estabelecido, que pode ser atacado de diferentes modos” (APMES, Caderno 96, n.p.).

Com a demissão do seu primeiro diretor – Alcebiades Nunes de Ávila e Silva, assumiu outro católico, moderado, o Dr. Augusto Clementino da Silva. Contudo, apesar do médico-político ter sido eleito Agente Executivo Municipal para o mandato de 1895-1897, acabou sendo o mais votado para o cargo de deputado estadual e teve que se mudar para Ouro Preto, deixando o seu posto de diretor da Escola Normal para seu vice-diretor, Alcebiades Nunes, que acabara de ser demitido por pressões internas do governo serrano. Uma jogada de mestre: os católicos elegeram um deputado e mantiveram como diretor interino da Escola Normal o único que conseguiria, naquele contexto, manter a reputação moral da mesma instituição e era, de alguma forma, uma liderança para os professores da mesma escola, sendo respaldado pelas famílias dos alunos.

Na Escola Normal Municipal do Serro havia a Congregação dos professores prevista pela legislação local que era praticamente uma cópia da Escola Normal da capital do estado. Era composta por poucos docentes e tinha como função acompanhar o ensino, em caso de consulta formal deveria emitir pareceres, analisar e interferir nos Regulamentos da instituição, escolher os livros didáticos a serem usados pelos professores e alunos de acordo com cada curso.

A escola estava em processo de organização em 1895-1896 quando contratou os professores de acordo com as disciplinas previstas no regulamento geral das escolas normais de Minas Gerais. Havia reuniões da Congregação dos professores com regularidade regimental. Em 14 de novembro de 1896, o vice-diretor em exercício Josefino Aguiar, escreveu um convite com os nomes dos professores para darem ciência na frente de seus nomes: “convidado aos senhores professores para, segundo o determina o

Regulamento da escola, apresentarem-se hoje 14 de novembro, no edifício da Escola, às 5 horas da tarde. Dr. Cordeiro ciente, Fernando Victor ciente, Gervásio ciente, Antônio Moura Ciente, J. Collen, P. Menezes, Dr. J. Luiz ciente, D. Cristina ciente, D. Prisciliana” (AIS, Documento 193, Caixa 18). Os professores lecionavam as seguintes disciplinas: Ciências Físicas e Naturais, Geografia e Corografia do Brasil, Ginástica, Pedagogia, Português e Literatura, Aritmética e Álgebra, Geometria, Desenho e Caligrafia, Música e Canto, Francês, História, com aulas práticas para o sexo feminino (ALMEIDA, 2014, p. 184-186) e aulas práticas para o sexo masculino e uma professora inspetora. Em 29 de agosto de 1898, os professores escreveram um documento com seus planos de ensino.

O programa de ensino da cadeira de Geografia do 1º, 2º e 3º anos determinou que seriam ensinados: a) preliminares, noções de cosmografia, definições geográficas, principais produções do globo, etnografia, religiões, estados de civilização, formas de governo, línguas e dialetos; b) geografia geral da Europa; c) geografia geral da Ásia; d) geografia geral da África; e) geografia geral da América; f) geografia geral da Oceania; 2º ano geografia particular da América; 3º ano geografia do Brasil (AIS, Documento 178, Caixa 30).

O programa de ensino da cadeira de Francês foi apresentado pelo professor interino Alcebiades Nunes de Ávila e Silva. Para o 1º ano: gramática até capítulo V, da 1ª parte exercícios sobre a parte estudada da gramática; 2º ano: gramática, desde capítulo V, da 1ª parte, até capítulo V, da 2ª parte; tradução e exercícios sobre toda a teoria vista; 3º ano: gramática, desde capítulo V, da 3ª parte, até o fim, tradução, composição (AIS, Documento 178, Caixa 30).

O programa de ensino para a cadeira de geometria da Escola Normal do Serro foi organizado pelo regente da mesma, o professor Francisco da Cunha Pereira, o professor Tuquito. Para o 1º ano seria usado o livro de Legendre e seriam vistos: preliminares, estudo das linhas, das propriedades dos triângulos, círculos, circunferências, et e problemas de geometria plana; para o 2º ano o mesmo autor, medição das áreas e problemas (geometria plana). Sala da Congregação da Escola Normal do Serro, aos 29 de agosto de 1898, Francisco da Cunha Pereira (AIS, Documento 178, Caixa 30).

O programa de pontos de Aritmética do 2º ano previa como 1º ponto, estudar a formação dos quadrados dos números inteiros; 2º ponto, raiz quadrada dos números inteiros; 3º ponto, raiz quadrada dos números fracionados; 4º ponto, formação dos cubos; 5º ponto, raiz cúbica dos números inteiros; 6º ponto, raiz cúbica dos números racionados; 7º ponto, proporção; 8º ponto, propriedades das proporções; 9º ponto, regra de três; 10º ponto, juros (AIS, Documento 136, Caixa 32).

No dia 07 de abril de 1902, a Inspetoria de Diamantina enviou uma mudança a ser adotada pela Escola Normal

Municipal do Serro, tendo sido publicado no jornal diamanthinense *O Município*, de 18 de março do mesmo ano, em que se previam lições semanais – o mesmo que aulas para cada classe – para os quatro anos. Assim, ficou estabelecido que:

Primeiro ano: Língua Nacional, 2 lições por semana; Francês, 3; Aritmética Elementar, 2; Geografia, 2; Desenho Linear, 1; Trabalho de Agulha, 2 Segundo ano: Língua Nacional, 2 lições por semana; Francês, 3; Aritmética Elementar, 3; Geografia, 1; Física, 2; Desenho Linear, 1; Trabalho de Agulha, 2. Terceiro ano: Língua Nacional, 2 lições por semana; Francês, 1; Geometria Plana, 2; Geografia, 2; História do Brasil, 2; Química Inorgânica, 2.; Pedagogia, 3; Desenho Linear, 1. Quarto ano: Língua nacional 2 lições por semana; Botânica e Zoologia, 3; Geometria Plana, 2; História do Estado de Minas, 1; Pedagogia, 2; Desenho Linear, 1 (AIS, Documento 04, Caixa 10).

A direção da Escola Normal Municipal do Serro era composta por um diretor, um vice-diretor e um secretário. Os salários eram pagos mensalmente, variando de 150\$000 para o diretor, 100\$000 para professores com uma disciplina, 50\$000 para professores de aulas práticas e professora inspetora, além de 41\$666 para o porteiro contínuo.

Vejamos alguns documentos que revelam o funcionamento da instituição. No dia 07 de janeiro de 1896, o diretor Alcebiádes Nunes de Ávila e Silva encaminhou para a Câmara Municipal “os pontos que formulamos e constam da relação juntas, sobre as quais deverão versar as provas do concurso para o provimento da cadeira de Geografia e Corografia” (AIS, Documento 196, Caixa 18). Enquanto isso, por vezes, os alunos precisavam mudar de edifício para terem suas aulas, por conta das reformas de adaptação (AIS, Documento 197, Caixa 18). Os exames dos alunos matriculados (havia também a possibilidade de alunos ouvintes) poderiam ser realizados em disciplinas isoladas, de acordo com a série de cada aluno, duas vezes ano por ano, em primeira e segunda épocas, a partir de pontos de matéria que seriam avisadas aos alunos em data próxima. É o que fez, em 02 de fevereiro de 1896, o aluno Heliodoro José da Fonseca que se inscreveu para prestar exames de Aritmética na segunda época (AIS, Documento 191, Caixa 18).

Para fazer qualquer inscrição para exames e requerimentos de documentos os alunos pagavam taxas na Coletoria Municipal e recebiam uma segunda via chamada de talão comprobatório. Os requerimentos de inscrições endereçados para o diretor da Escola Normal para os exames de primeira época foram recebidas no dia 14 de maio de 1900: Etelvina Francisca de Almeida para 1º ano: Português, Francês, Desenho, Caligrafia, Economia Doméstica e Lições de Cálculo (AIS, Documento 103, Caixa 04), assim

como Anna Nunes da Silva Horta (Ais, Documento 104, Caixa 04), Georgina Otilia de Araújo (AIS, Documento 33, Caixa 05), Mariana Augusta Xavier do 2º ano (AIS, Documento 41, Caixa 05), Olavo da Cunha do 1º ano (AIS, Documento 41, Caixa 05), Sebastião Borges do Amaral aluno ouvinte do 3º ano – Álgebra, Instrução Moral (AIS, Documento 117, Caixa 05), e muitos outros.

Os professores eram obrigados a fazer os boletins de frequência de suas classes, entregando-os à secretaria da escola. As licenças para faltas autorizadas eram concedidas para os professores e alunos mediante requerimentos assinados e dirigidos ao diretor. Assim, no dia 08 de maio de 1896 o professor Dr. Augusto Clementino da Silva, da cadeira de ciências físicas e naturais, pediu licença (AIS, Documento 195, Caixa 18); no dia 08 de junho de 1896, o aluno José de Souza Pereira, do primeiro ano, apresentou atestado por estar tomando remédio, acamado por alguns dias (AIS, Documento 194, Caixa 18); no dia 11 de novembro de 1896, a aluna Angelina Rosalina deixou de comparecer hoje às aulas, por motivos de justo impedimento (AIS, Documento 198, Caixa 18).

Por causa do disposto no §11 do Art. 274 da Lei nº 1.175 de 29 de agosto de 1898, o diretor da Escola Normal Municipal do Serro tornou-se obrigado a prestar contas do ano letivo através de um relatório em que, basicamente, respondia, de forma minuciosa, a três tópicos: quantos alunos matriculados e frequentes no período; a apresentação dos nomes dos professores e suas disciplinas e da direção; e um passo a passo dos exames finais de primeira e segunda época com o nome dos alunos que receberam os seus diplomas de normalistas. Em arquivos públicos foram encontradas duas cópias dos relatórios, sendo um datado de 21 de junho de 1899 e outro, datado de 1902.

O primeiro relatório, escrito por Alcebiades Nunes de Ávila e Silva, apresenta um importante preâmbulo sobre sua concepção de educação e sobre o contexto de fundação da Escola Normal Municipal do Serro:

Criada pela municipalidade serrana em janeiro do ano de 1895, instalada solenemente em 03 de abril do mesmo ano, esta escola não só vinha satisfazer ardente aspiração desta zona populíssima, sempre à margem da distribuição dos benefícios do ensino estadual, mas também prestar seus serviços pela preparação de preceptores dignos, no Estado, que, com a pequena quantia de reis 15.000\$000 anuais, a título de subvenção, obtém resultados assas satisfatórios, iguais aos que, com dispêndio talvez quintuplicado, aufere de suas escolas normais oficiais. Ao dizer isto, nenhum sentimento bairrista me anima, pois que teriam e têm confirmação minhas palavras em averiguações e fatos. Na qualidade de vice-diretor, por confiança imerecida que me

dispensastes, exerço as funções de diretor, na ausência do eminente serrano e grande patriota Exmo. Sr. Dr. Augusto Clementino da Silva, ora no trabalho do Congresso Brasileiro. Em relatório por ele remetido a vosso governo, no ano passado, liam-se informações completas sobre assuntos de que ora me julgo instado aqui falar, visto que nada poderia, fazer, digo, adiantar-vos (AIS, Documento 02, Caixa 14).

O diretor explica o movimento de matrículas e de frequência. Ao todo, foram 73 alunos matriculados e ouvintes que frequentaram os quatro anos do Curso Normal. Nas Aulas Práticas Anexas estiveram matriculados 36 alunos. No total, 106 alunos passaram pelas salas de aula. O diretor não especificou quantos alunos e alunas estavam matriculados e frequentes em cada série dos quatro anos do curso. Contudo, numa divisão simples, chega-se ao número médio de 18 alunos [meninos e meninas] em casa classe de cada ano, nas disciplinas comuns, sem a inclusão das aulas práticas.

Outra resposta dada pelo relatório anual diz respeito aos trabalhos dos exames. Segundo o documento, eles começaram no dia 15 de maio e prolongaram-se por quase um mês, terminados no dia 13 de junho. Assim,

Posso assegurar-vos que, nesta Escola, a observância das disposições regulamentares é uma realidade, e que os exames foram feitos com a máxima seriedade. Assim, de conformidade com o disposto no art. 86 do regimento vigente, artigo salutaríssimo e de inapreciáveis vantagens para a instrução, os alunos não tiveram absolutamente conhecimento dos pontos o que equivale a dizer que os que compareceram em exames e foram aprovados (nesta primeira época compareceram somente poucos relativamente ao número) só o foram permanecendo-no, atenta a seriedade dos ditos exames. Essa benéfica disposição, porém, não livrou de oferecer brecha, pois que, muita vez alunos compareceram aos exames com espectadores, apenas para tomarem nota dos pontos que alunos inscritos não tirando à sorte, aproveitando-se desse conhecimento para se prepararem para a 2ª época, dando-se caso de conhecerem todos os pontos com antecedência de 3 meses. À diretoria e à congregação faltou competência para obstar isto. Parece-me que faltou ao poder municipal, tendo de se eximir a Escola nossa no que dispõe de essencial, o regimento das escolas normais estaduais (AIS, Documento 02, Caixa 14).

O resultado final da escola – o momento da diplomação dos alunos e alunas – revela uma desproporção entre a média de alunos em casa série do curso normal e os alunos concluintes. Se cada série, em média, teria 18 alunos regulares, e se apenas 6 foram diplomados nesse ano, temos uma proporção de aprovação em torno de 33% o que pode ser explicado também pela taxa de evasão escolar durante os quatro anos do curso. De qualquer forma, o diretor comemora o resultado:

Concluíram o curso 6 alunos, aos quais conferi diplomas em sessão solene da congregação, a 15 do corrente mês de junho. Foi uma bela festa, honrada com a presença do que há de mais nobre e seleta na sociedade deste legendário e benemérito Serro. Eis os nomes dos alunos laureados: Dona Rita de Cássia Ferreira Rabello, Dona Rosalina A. de A. Sousa, Srs. Emílio Castelar da Fonseca, José Nicodemos de Araújo, José G. Couto e Antônio Meneses (AIS, Documento 02, Caixa 14).

Segundo o relatório o pessoal administrativo e o corpo docente eram compostos pelo diretor Dr. Augusto Clementino da Silva; vice-diretor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva, secretário Fernando Victor. Os professores eram os seguintes: de Ciências Físicas e Naturais, Dr. Augusto Clementino da Silva; de Geografia e Corografia do Brasil, Alcebíades Nunes de Ávila e Silva; de Ginástica, Fernando Victor; de Pedagogia, o bacharel João Luiz da A. Sousa; de Português e Literatura, o advogado Antônio L. M. de Moura; de Aritmética e Álgebra, Alfredo José da Silva; de Geometria, Francisco da Cunha Pereira; de Desenho e Caligrafia, Josefino A. Aguiar; de Música e Canto, Gervásio José da Fonseca; professora inspetora, Dona Prisciliana Nunes Rabello; Aula Prática do sexo feminino (interina), D. Rita de Cássia Ferreira Rabello; interino de Francês, Alcebíades Nunes de Ávila e Silva; interino de História, Antônio L. Monteiro de Moura; interino de Aula Prática masculino, Alfredo J. da Silva. O relatório informa que as últimas quatro cadeiras estavam em concurso público para nomeação.

Por fim, o diretor apresentou algumas reivindicações e sugestões:

Não se levando em conta alguns acidentes, reinou neste instituto boa disciplina, nada de grave havendo de se lamentar. Aqui lembro-vos o que já tive ocasião de vos dizer: para a boa inspeção dos alunos é inteiramente urgente a necessidade de apressar a divisão do edifício, de maneira que ofereça todas as comodidades. A Exma. Inspetora mais de uma vez me há dito ser necessário alterar o repartimento dos salões em que os alunos recreiam. Tudo isso tendo boa vontade de

executar bem o sei, mas peço que seja feito sem demora, para que no ano letivo próximo futuro a escola comece a funcionar com todas as comodidades. Concluindo, Sr. Agente Executivo, digo-vos que na medida das minhas forças, acompanhando com vivo interesse e vigilância todas as fases da sua vida e a tudo atendendo. E como não, se no peito pulsa-me um coração de serrano, do filho desta terra a quem, principalmente esta Escola está destinada a prestar inapreciáveis benefícios, pela elevação do nosso nível intelectual, pela adaptação, em uma palavra, de nosso meio social para toda a sorte de prosperidade? (AIS, Documento 02, Caixa 14).

O segundo relatório repete, em vários pontos – e deixa isso bem claro – e acrescenta como novidade alguns aspectos que merecem também nossa atenção. O primeiro aspecto que anuncia o fim da escola em pouco tempo é a falta de investimentos do governo estadual, pois, “[...] com a supressão da subvenção que o governo estadual dava à municipalidade, certo tem esta lutado com dificuldades para a manutenção” (AIS, Documento 02, Caixa 14).

De acordo com o segundo relatório o número de alunos matriculados e ouvinte era de 45 nos 4 anos do curso normal. O diretor aponta que na aula prática anexa o número de matriculados era de 16 alunos, “[...] número bem diminuto, porém suficiente para se preencher o fim a que se destina” (AIS, Documento 02, Caixa 14). A média no primeiro relatório de alunos por turma era de 18; neste, a média caiu para 11 alunos por turma. Os alunos que concluíram o curso normal e foram diplomados foram Dona Ana Soter do Carmo, Dona Maria Jacinta do Carmo, Dona Estefânia Maria do Patrocínio, Dona Mariana Augusta Xavier e Franklin Pereira dos Reis. Um total de 5 alunos. Considerando a média geral de cada turma com 11 alunos, a evasão e/ou reprovação no último ano do curso normal segundo o relatório caiu pela metade. Enquanto no primeiro relatório de cada 3 alunos, 2 evadiram ou foram reprovados, no segundo relatório 1 em cada 2 alunos evadiram ou foram reprovados. A escola estava com sérias dificuldades financeiras e ao que tudo indica, já não atraía a juventude serrana para suas cadeiras.

Em relação aos professores e a direção da escola, pouca coisa havia mudado. O concurso público para provimento das cadeiras de francês e pedagogia havia sido realizado com sucesso. Trabalhavam na escola os professores: de Ciências Físicas e Naturais, Dr. Augusto Clementino da Silva; de Geografia e Corografia do Brasil, Alcebiades Nunes de Ávila e Silva [assumindo também as aulas de História]; de Ginástica, Fernando Victor; de Pedagogia, Raymundo Augusto da Silva; de Português e Literatura, o advogado Antônio Leão Monteiro de Moura; de Aritmética e Álgebra, Alfredo José da Silva; de Geometria e Desenho, Francisco

da Cunha Pereira; professora inspetora, Dona Prisciliana Nunes Rabello; de Francês, Dona Rosalina Angelina de Almeida e Silva; de Aula Prática, Dona Ana Gabriela de Almeida e Silva; a aula prática anexa, regida interinamente pela normalista Dona Ana Gabriela de Almeida e Silva. O pessoal administrativo era composto pelo diretor Dr. Augusto Clementino da Silva; vice-diretor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva e o secretário Francisco da Cunha Pereira.

Conclusão

A Escola Normal Municipal do Serro foi criada pela Câmara Municipal em 1895 e por ela mantida em funcionamento até 1903, quando as subvenções do governo estadual acabaram. De fato, a curta história dessa instituição escolar se insere na história da educação brasileira da Primeira República (1889-1930) como importante estudo de caso de como as políticas públicas afetaram a oferta do ensino no território nacional. Se por um lado a Constituição republicana de 1891 deu autonomia para os estados criarem seus sistemas de ensino, por outro deixou por conta dos municípios o encargo de organizarem a oferta do ensino primário e, no caso do Serro, a proposta de um curso normal secundário, com reduzidos recursos financeiros.

O ensino normal serrano teve história curta e esteve inserido na disputa entre projetos diferentes de educação. Se por um lado, os republicanos históricos acreditavam no cientificismo derivado do positivismo na escola – derivado das reformas republicanas e da influência desses pensadores no governo federal – e insistiam na criação de escolas mantidas pelo município como forma de liberdade local, por outro, os católicos radicais e moderados ingressaram na educação local para reaverem a sua centralidade social colocada em questão com a secularização do estado brasileiro. Contudo, tanto republicanos históricos e os recém-convertidos à causa da modernização e progresso positivista e liberal quanto os católicos saudosos do padroado de tempos atrás e com medo da onda materialista e secularizadora serrana, tiveram em comum a ideia de que a melhor forma para instituir um espaço para suas conquistas seria a escola. Segundo o idealizador da Escola Normal, Alcebíades Nunes de Ávila e Silva em seu relatório de 1902:

O povo que pediu à municipalidade a criação desta Escola e que tanto se entusiasma pela sua instalação em 1895, não viu iludida suas esperanças. Destinada a preparar professores dignos para a infância, ela o tem feito; e, fazendo-o, tem também elevado o nível intelectual de nossa mocidade. Dos nossos alunos diplomados, muitos não receamos opor aos mais bem preparados das melhores escolas do Estado (AIS, Documento 02, Caixa 14, 1902).

A Escola Normal tornou-se uma esfera importante de disputa entre projetos aparentemente diferentes, mas com uma finalidade em comum: manter o poder das elites locais apesar dos novos tempos republicanos (NAGLE, 2009, p. 239-247). O povo, mais uma vez, viu o desaparecimento de outra escola – a primeira foi o Liceu de Artes e Ofícios em 1883 – por conta de disputas políticas locais. Nesse caso, com o fim da Escola Normal, quem venceu a disputa?

Ao que tudo indica, o acordo local para o desaparecimento da Escola Normal seguiu dois arranjos distintos. O grupo dos católicos radicais e moderados organizou-se em torno do Colégio Nossa Senhora da Conceição, criado no Serro em 24 de fevereiro de 1904, sendo equiparado às Escolas Normais Estaduais pelo decreto 4.040, de 30 de outubro de 1913. O Colégio em sua longa história no município foi gerenciado desde o início pelas irmãs da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, chegadas ao município para gerenciarem a Casa de Caridade Santa Tereza, o hospital do município, no mesmo ano. Este grupo teve o apoio do padre João Moreira e da mestra Cristina Amélia de Queirós Queiroga, sua protetora.

O grupo dos republicanos históricos e recém-convertidos ao seus ideais positivistas de progresso e modernização, passou a orbitar em torno das propostas do presidente do estado de Minas Gerais, o serrano João Pinheiro da Silva, eleito em 1906 e que criou os grupos escolares seguindo o modelo paulista a fim de reinventar a instrução pública primária, com o agrupamento das escolas mantidas pelo município em uma só, o Grupo Escolar Dr. João Pinheiro, que entrou em funcionamento no ano de 1908, no mesmo prédio onde funcionou a Escola Normal.

Referências

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Mapa da localização do Serro no estado de Minas Gerais e Brasil**. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_MesoMicroMunicip.svg>. Acesso em: 01/06/2019.

AIS - ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara**. Documento 11, Caixa 06, 27/07/1901; Documento 178, Caixa 30, 29/08/1898; Documento 136, Caixa 32, 29/08/1898; Documento 197, Caixa 18, 07/01/1896; Documento 196, Caixa 18, 07/01/1896; Documento 191, Caixa 18, 02/02/1896; Documento 193, Caixa 18, 14/11/1896; Documento 103, Caixa 04, 14/05/1900; Documento 104, Caixa 04, 14/05/1900; Documento 33, Caixa 05, 14/05/1900; Documento 41, Caixa 05, 14/05/1900; Documento 117, Caixa 05, 15/05/1900; Documento 04, Caixa 10, 07/04/1902; Documento 195, Caixa 18, 08/05/1896; Documento 194, Caixa 18, 18/06/1896; Documento 198, Caixa 18, 11/11/1896; Documento 02, Caixa 14, 1902.

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: Saviani, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 3.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2014

APMES - ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. Caderno [96] 00-00-1984 Prop [a], sem paginação; *Caderno [102] 20-11-1984* Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, sem paginação; **Caderno [133] 15-02-1987** *Clipper*, sem paginação.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte**, em 24/02/1891. Diário do Congresso Nacional - 24/2/1891, Página 523. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **A arte da tipografia e seus periódicos**. História da imprensa serrana das Minas do Serro do Frio à cidade do Serro – 1702-2000. Serro: Tipographia Serrana, 2002.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A história cultural**. São Paulo: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, p. 29-67.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação**. Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, 2000, n.14, p. 19-34.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. Mediadores culturais e história da educação. In: Sá, Elizabeth Figueiredo de; SIMÕES, Regina Helena Silva; GONÇALVES NETO, Wenceslau (Orgs.). **Circuitos e fronteiras da história da educação**. Vitória: Edufes, 2015, p. 117-131

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro/RJ, v. 31, n.1, jun. 2011.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Os projetos de reforma da escola pública propostos no Brasil entre 1870 e

1880. **Revista HISTER On-line**, Campinas/SP, n. 25, p. 200-2005, mar. 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3.ed. São Paulo: Editora da USP, 2009.

NUNES, Alcebíades. **Dos meus escriptos**. Niterói/RJ: Escolas Profissionais Salesianas, 1931.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas do Brasil**. 4.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Recebido em: 01/06/2019
Aprovado em: 04/03/2020
Publicado em: 01/04/2020